



## Desafios da produção orgânica no estado de Mato Grosso

### Autor(res)

Leonardo José Alves Da Costa  
Marinaldo Lima De Oliveira Neto  
Denise Renata Pedrinho  
José Francisco Dos Reis Neto  
Wellington Dos Santos Lima  
Bianca Obes Correa

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

UNIC SORRISO

### Introdução

A agricultura orgânica em Mato Grosso enfrenta um conjunto de obstáculos que dificultam sua expansão e consolidação como alternativa produtiva viável frente ao modelo convencional predominante. Esses desafios se manifestam em diferentes dimensões, estruturais, tecnológicas, políticas, ambientais e de mercado, e acabam limitando a adesão de produtores e o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Conforme Proença, Massaroto e Theodoro (2016), a agricultura orgânica apresenta um grande potencial para a agricultura familiar, estabelecendo relações mais harmônicas entre os ecossistemas naturais e as atividades agrícolas. Seu princípio reside na geração de alimentos mais saudável, isento de produtos químicos, resultando em produtos nutritivos e benéficos para o consumo humano.

No entanto, o cenário em Mato Grosso revela dificuldades significativas para que esse potencial se converta em realidade. O estado é um dos principais polos do agronegócio brasileiro, caracterizado por vastas áreas de monocultivo de grãos, como soja, milho e algodão, conduzidos em larga escala com tecnologias intensivas. Essa proximidade com grandes lavouras convencionais aumenta o risco de contaminação por defensivos químicos, seja pela deriva de pulverizações aéreas, seja pela infiltração no solo e recursos hídricos.

No contexto estadual, a falta de políticas públicas para a agricultura orgânica dificulta seu avanço. Apesar de existirem iniciativas pontuais, como linha crédito e incentivos à produção sustentável, o foco ainda está na agricultura em larga escala. Outro ponto é período climático, onde é marcado por chuvas irregulares e longos períodos de estiagem, fatores que dificultam a produção orgânica. No mercado, a comercialização de orgânicos em Mato Grosso ainda é limitada, com mercado restrito, poucos canais de escoamento e altos custos de certificação, dificultando o acesso dos pequenos produtores.

### Objetivo

Analisar os entraves que limitam o avanço da agricultura orgânica em Mato Grosso, abordando dimensões estruturais, tecnológicas, políticas, climáticas e de mercado, bem como seus reflexos para a agricultura familiar e para o meio ambiente. Além disso, discutir soluções e propor caminhos que contribuam para a consolidação de um modelo agrícola mais sustentável.



## Material e Métodos

O trabalho consistiu em uma Revisão de Literatura do tema proposto, no qual foi concretizada uma consulta a livros, monografias, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados Scielo, bibliotecas, tendo como autores, Andrade, Souza e Macedo (2019). dentre outros. O período das fontes pesquisadas foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. As palavras-chaves utilizadas para referida pesquisa serão: agricultura, orgânica, desafio.

## Resultados e Discussão

Conforme Andrade, Souza e Macedo (2019), esse projeto deveria articular, sensibilizar e mobilizar políticas de desenvolvimento, agências de fomento, parceiros tecnológicos e organizações de ensino e pesquisa, de maneira a pensar em conjunto as melhores soluções e estabelecer uma visão de futuro compartilhada para a expansão da produção.

No aspecto operacional, a agricultura orgânica diferencia-se de forma significativa do modelo convencional, principalmente em relação ao manejo das atividades no campo. A ausência do uso de defensivos químicos e fertilizantes exige que o plantio, a colheita e o controle de pragas sejam conduzidos de maneira predominantemente manual. Diferente da agricultura convencional, onde são realizadas com maior rapidez e operada de forma mecanizada, na orgânica demandam maior dedicação, tempo e esforço físico.

As práticas próprias da agricultura orgânica, como o manejo agroecológico do solo, o uso de adubos verdes, a compostagem e o controle biológico de pragas, requerem conhecimentos técnicos específicos, que só podem ser adquiridos por meio de treinamento e capacitação direcionada. Dessa forma, a operação envolve não apenas uma reorganização da rotina agrícola, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências distintas, tornando-se um desafio adicional para os produtores que buscam adotar esse sistema de cultivo.

No que diz respeito à definição de preços dos produtos, observa-se um obstáculo de uma política de precificação clara e estruturada. A ausência de concorrentes diretos na região limita a possibilidade de comparação, ocasionando incertezas quanto ao valor de mercado adequado para seus produtos. Com o crescimento da demanda e a necessidade de acompanhar os fatores produtivos que influenciam diretamente a margem de lucro evidenciam a importância de um processo de precificação mais estruturado. Atualmente, o produtor busca informações e assessoria em instituições como o SEBRAE, onde consegue adotar uma política de preços claramente delineada, considerando variáveis como custos de produção, logística e a relação entre oferta e demanda.

De acordo, Pires, Ribeiro (2020), as principais razões que foram relatadas é a necessidade de uma câmara fria para o transporte e a distância até os fornecedores. Embora que todos os produtores tenham algum tipo de condução para o transporte de seus produtos nem todos são adaptados com câmara fria o que dificulta o transporte resultando em uma possível queda na qualidade e a dificuldade na competitividade dos produtos.

A certificação dos produtos orgânicos fornecida pelo MAPA, desempenha um papel fundamental na construção da confiança junto a distribuidores e consumidores, além de agregar valor à produção e acesso a novos mercados. Entretanto, alguns produtores ainda demonstram certa resistência em aderir ao processo, em razão dos custos relativamente elevados para a obtenção do selo, da limitação no acesso à assistência técnica especializada e do desconhecimento sobre os potenciais benefícios que a certificação pode trazer à expansão de seus mercados.

A certificação consiste em um processo de inspeção das propriedades agrícolas, realizado com periodicidade, com o objetivo de verificar se os alimentos orgânicos estão sendo cultivados e processados conforme as normas de produção orgânica. A avaliação concentra-se não apenas produto, mas na terra e nos métodos de produção



empregados. Dessa forma, uma vez que a propriedade é certificada, ela passa a ter autorização para produzir diversos itens orgânicos, cada um recebendo o respectivo selo de qualidade da forma sustentável.

## Conclusão

A agricultura orgânica em Mato Grosso enfrenta diversos desafios que limitam seu crescimento, tanto no aspecto operacional quanto no econômico. Paralelamente, questões relacionadas à precificação, transporte e acesso a infraestrutura adequada impactam diretamente a competitividade e a qualidade dos produtos. Nesse cenário, a certificação orgânica emerge como um instrumento estratégico, capaz de agregar valor, ampliar mercados e fortalecer a confiança de consumidores e distribuidores.

## Referências

RODRIGUES PIRES, Willian Luan; RIBEIRO, Alexandre Rodrigues. Fatores que Influenciam a Competitividade na Produção Orgânica no Vale do Rio Cuiabá em Mato Grosso. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 46, 2020.

DE ANDRADE, Jaqueline Dias; DE ARAÚJO SOUZA, Sandra M<sup>a</sup> M.; MACEDO, Luís Otávio Bau. Custos transacionais e a produção de orgânicos no estado de Mato Grosso, Brasil. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 9, p. 15017-15037, 2019.

LESCHEWITZ, Rogério et al. Projeto Sinop Orgânico-ATER continuada em produção orgânica como alternativa para promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Sinop-MT—Resultados da 1ª etapa. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024.

DE LIMA PROENÇA, Inês Caroline; MASSAROTO, João Aguilar; DE ALMEIDA THEODORO, Vanessa Cristina. Agricultura orgânica no município de Alta Floresta-MT: estudo de caso em propriedades de base familiar. Revista de Ciências Agro-Ambientais, v. 14, n. 1, 2016.